



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

TERMO DE CONVÊNIO - 02/2024

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E A FACULDADE ESTÁCIO DO AMAPÁ – ESTÁCIO AMAPÁ, OBJETIVANDO A CONCESSÃO DE ESTÁGIO DE ENSINO SUPERIOR, OBEDECIDAS AS DISPOSIÇÕES DA LEI N.º 11.788, de 25/9/2008 E OS TERMOS DA PORTARIA PGR/MPU N.º 378, DE 09/08/2010, E ALTERAÇÕES POSTERIORES E PELA PORTARIA PGR/MPF N.º 192, DE 30 DE MARÇO DE 2022, QUE REGULAMENTAM O PROGRAMA DE ESTÁGIO NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.

O **Ministério Público Federal**, de um lado, por intermédio da **Procuradoria da República no Estado do Amapá**, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.989.715/0009-60 com sede na Avenida Ernestino Borges n.º 535, Bairro Julião Ramos, Macapá/AP, CEP 68.908-198 neste ato denominada **Unidade Concedente** e representada por seu **Procurador-Chefe João Pedro Becker Santos**, e de outro a **Faculdade Estácio do Amapá – ESTÁCIO AMAPÁ**, regida pelo CNPJ n.º 02.608.755/0027-38, com sede na Rodovia Josmar Chaves Pinto, s/n, Bairro Jardim Equatorial, Macapá/AP, CEP 68903-197, mantida pela **IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda.**, regida pelo CNPJ n.º 02.608.755/0001-07, com sede na Rua Promotor Gabriel Netuzzi Perez, n.º 108, bairro Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04743-020, representada conjuntamente por seu Diretor Geral Higgys Mamedio Siqueira, inscrito no CPF sob n.º 029.627.311-20 e por sua Diretora Adm/Financeiro Bruna Roberta de Araujo Mercês, inscrita no CPF sob o n.º 858.599.072-49, resolvem celebrar o presente convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Este convênio tem por objetivo estabelecer vínculo entre o **Ministério Público Federal e a Faculdade Estácio do Amapá – ESTÁCIO AMAPÁ**, recredenciada pelo Ministério da Educação conforme Portaria n.º 976, de 11 de agosto de 2017 e com novo pedido de recredenciamento em análise, visando proporcionar aos alunos regularmente matriculados, a oportunidade de serem incluídos no Programa de Estágio não-obrigatório do Ministério Público da União, preparando-os para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino.

CLÁUSULA SEGUNDA

O estágio obedecerá às disposições da Lei n.º 11.788, de 25/9/2008 e o regulamento aprovado pela Portaria PGR/MPU n.º 378/2010, e pela Portaria PGR/MPF n.º 192/2022.

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 30/04/2024 12:51. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 65252204.21193502.f349035c.b2f3931d

DS
AMS



CLÁUSULA TERCEIRA

A participação no programa de estágio não gerará vínculo empregatício de qualquer natureza com o Ministério Público da União.

§ 1º O servidor integrante das carreiras do Ministério Público da União que declinar interesse em realizar estágio nas unidades do ramo em que for lotado deverá participar da seleção pública.

§ 2º O estagiário servidor ou empregado público não faz jus à bolsa de estágio e ao auxílio-transporte.

CLÁUSULA QUARTA

O estágio dar-se-á nas áreas de interesse da **UNIDADE CONCEDENTE**, respeitada a correlação entre as atividades de estágio e a formação escolar.

CLÁUSULA QUINTA

A execução das atividades de estágio poderá ser realizada de maneira presencial, assim como, a critério da Administração e com anuência do estagiário, em regime híbrido, alternado de forma presencial e remota, ou à distância, desde que as atribuições sejam compatíveis com as modalidades e de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria PGR/MPF nº 192, de 30 de março de 2022.

CLÁUSULA SEXTA

A concessão do estágio formalizar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio a ser firmado entre a **UNIDADE CONCEDENTE** e o **ESTAGIÁRIO**, com a interveniência obrigatória da **Faculdade Estácio do Amapá – ESTÁCIO AMAPÁ**.

§ 1º A execução das atividades de estágio poderá ser realizada de maneira presencial, assim como, a critério da Administração e com anuência do estagiário, em regime híbrido, alternado de forma presencial e remota, ou à distância, desde que as atribuições sejam compatíveis com as modalidades e de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria PGR/MPF nº 192, de 30 de março de 2022.

CLÁUSULA SÉTIMA

São obrigações da **Faculdade Estácio do Amapá – ESTÁCIO AMAPÁ** em relação aos estágios de seus educandos:

I - indicar as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade de formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar, elaborando plano de atividades do estagiário a ser apresentado ao supervisor do estágio;

II - indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

III - comunicar à unidade concedente, por escrito, qualquer ocorrência que implique o desligamento do estagiário;

IV - exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, do relatório de atividades;

V - zelar pelo cumprimento do termo de compromisso;

VI - elaborar instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos.

DS
HMS

VII - celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, se menor de 18 (dezoito) anos, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar; e

VIII - avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando.

CLÁUSULA OITAVA

Caberá à **UNIDADE CONCEDENTE**:

I - providenciar seguro contra acidentes pessoais em favor dos estagiários, mediante Apólice de Seguro, a qual serão incorporadas as respectivas cotas à medida que forem sendo feitas as inclusões;

II - celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

III - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

IV - indicar membro ou servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

V - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII - enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;

VIII - reduzir a jornada do estagiário a, pelo menos, a metade, sem prejuízo da bolsa remuneratória, nos períodos de avaliação de aprendizagem, mediante apresentação de documento idôneo emitido pela instituição de ensino, com o fim de garantir o bom desempenho do estudante;

Parágrafo único. O seguro de que trata o inciso I não abrangerá os estagiários que forem servidores ou empregados públicos, por se acharem devidamente protegidos contra os riscos do trabalho, em legislação específica.

CLÁUSULA NONA

O presente convênio vigorará por 3 (três) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por meio de termo aditivo, bem como rescindido, de comum acordo entre as partes ou unilateralmente, por qualquer delas, mediante simples comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. O encerramento antecipado deste convênio não prejudicará os estágios já iniciados.

CLÁUSULA DÉCIMA

Os atos necessários à efetiva execução do presente convênio serão praticados por intermédio dos representantes dos convenentes ou pessoas regularmente indicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A **UNIDADE CONCEDENTE** e a **INSTITUIÇÃO DE ENSINO** reconhecem que o presente Termo de Convênio ensejará necessário tratamento de determinados Dados Pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei n 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de

Proteção de Dados ('LGPD), protegendo os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento será limitado às atividades necessárias para o alcance da finalidade precípua do Termo de Convênio;

c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à elaboração do Termo de Convênio, responsabiliza-se a **UNIDADE CONCEDENTE** e a **INSTITUIÇÃO DE ENSINO** por sua obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução deste Termo de Convênio, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades;

d) no caso de estudantes menores de 18 (dezoito) anos, o tratamento dos dados será realizado com o consentimento específico e em destaque dado por, pelo menos, um dos pais ou pelo responsável legal, salvo se a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção, e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiros sem o consentimento;

e) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente.

f) as partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

g) Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD. ser repassados a terceiros sem o consentimento;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Fica eleito o foro da cidade de **Macapá - AP**, para dirimir qualquer questão proveniente deste convênio, eventualmente não resolvida no âmbito administrativo.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento em duas vias, na presença das testemunhas abaixo, que também assinam.

DS
AMS

Macapá/AP, 22 de abril de 2024

Representante da Unidade Concedente

(assinatura eletrônica)

DocuSigned by:
Higgys Mamedio Siqueira
543B98B158854A5...

Representante da Instituição de Ensino
(carimbo/assinatura ou assinatura eletrônica)

Representante da Instituição de Ensino
(carimbo/assinatura ou assinatura eletrônica)

Testemunha
(assinatura eletrônica)

Testemunha
(carimbo/assinatura ou assinatura eletrônica)

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 30/04/2024 12:51. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 65252204.21193502.f349035c.b2f3931d



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-AP-00011380/2024 CONVÊNIO nº 2-2024**

.....
Signatário(a): **JOAQUIM FRIGERIO PAULO**

Data e Hora: **30/04/2024 12:51:43**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **JOAO PEDRO BECKER SANTOS**

Data e Hora: **30/04/2024 13:28:45**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 65252204.21193502.f349035c.b2f3931d



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-AP-00013139/2024 CONVÊNIO**

Signatário(a): **JOAQUIM FRIGERIO PAULO**

Data e Hora: **17/05/2024 08:18:45**

Autenticado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 38e6442b.69083328.fd5e1810.4763978b